



## Nota de Abertura

A Comissão Europeia decidiu registar uma iniciativa de cidadania europeia intitulada «Rotulagem obrigatória dos produtos alimentares como não vegetarianos / vegetarianos / veganos». Esta decisão diz respeito unicamente à admissibilidade jurídica da proposta, uma vez que a sua substância ainda não foi analisada pela Comissão.

A iniciativa refere que: «Em toda a UE, os vegetarianos e os veganos têm dificuldades em encontrar os alimentos adequados. Para decidir se comprar ou não um produto alimentar, são obrigados a estudar a lista de ingredientes, prestando especial atenção aos ingredientes ambíguos que poderiam ser de origem animal ou vegetal».

Nesse sentido, os organizadores convidam a Comissão Europeia a propor a aposição obrigatória sobre todos os produtos alimentares de pictogramas que indiquem se se trata de produtos não vegetarianos, vegetarianos ou veganos. Se, no período de um ano, a iniciativa receber um milhão de declarações de apoio provenientes de, pelo menos, sete Estados-Membros diferentes, a Comissão disporá de um prazo de três meses para se pronunciar sobre a mesma. A Comissão pode decidir dar ou não seguimento ao pedido, devendo, em qualquer dos casos, justificar a sua decisão.

Previstas no Tratado de Lisboa, as iniciativas de cidadania europeia foram lançadas em abril de 2012, para proporcionarem aos cidadãos a possibilidade de influenciarem a agenda política. **di**

PROF. DOUTOR ALFREDO BORBA  
**COORDENADOR DO  
CENTRO DE INFORMAÇÃO  
EUROPE DIRECT DOS AÇORES**

## Como a UE combate o crime organizado

No dia 5 de julho de 2017, agentes da polícia na Alemanha, Espanha e Itália fizeram 33 detenções e apreenderam mil quilos de drogas, bem como automóveis e bens, num valor aproximado de cinco milhões de euros.

Por detrás do contrabando e do luxo, estava uma rede de crime organizado perigosa e complexa. Envolveria uma loja de automóveis na Alemanha que traficava drogas e efetuava lavagem de dinheiro através de empresas em Espanha e Itália. Para acabar com esta rede, as autoridades nacionais e europeias juntaram-se numa operação internacional.

A Europol e a Eurojust são as agências europeias que ajudam a polícia e os procuradores a partilharem informações entre fronteiras na UE. Ambas desempenharam um papel



Crime organizado

fundamental neste caso.

O valor gerado globalmente todos os anos pelo crime organizado entre fronteiras ascende a 750 mil milhões de euros.

Graças às leis da UE, equipas da polícia, procuradores e outros responsáveis pela aplicação das leis de diferentes países podem trabalhar em conjunto para investigarem crimes transfronteiriços e obterem provas

que possam ser usadas em tribunal.

A Eurojust financia 200 Equipas de Investigação Conjunta por ano.

A Europol trabalha no terreno quando há investigações criminais ativas, oferecendo uma Aplicação de Rede de Trocas de Informação Seguras (SIENA) para que as polícias em países diferentes possam partilhar rapidamente informações vitais e dados. **di**

## Parceria renovada e reforçada para as regiões ultraperiféricas

Na conferência anual das regiões ultraperiféricas da UE, em Las Palmas, nas Canárias, a Comissão Europeia apresentou novas iniciativas para ajudar as nove RUP a expressarem plenamente o seu potencial, um ano após o lançamento da nova

estratégia da UE para estas regiões.

No que diz respeito aos Açores, destacam-se desenvolvimentos nas seguintes áreas: economia azul, setor agroalimentar, reforço da proteção da biodiversidade, apoio aos investigadores e transição energé-

tica.

Estas iniciativas reforçam a atenção dada às necessidades específicas das RUP nas propostas da Comissão apresentadas no âmbito do próximo orçamento de longo prazo da Europa para 2021-2027. **di**

## Promoção produtos agroalimentares europeus 2019

A Comissão Europeia adotou o programa de trabalho para 2019 da política de promoção dos produtos agroalimentares europeus, na UE e no estrangeiro, com uma dotação de 191,6 milhões de euros para programas selecionados para cofinanciamento da UE.

Destes, 89 milhões de euros serão afetados a campanhas em países terceiros, como o Canadá, os Estados Unidos da América ou o Japão.

A nível interno, é dedicada especial atenção às campanhas de promoção dos diferentes sistemas e rótulos de qualidade, incluindo as denominações de origem protegida (DOP), as indicações geográficas protegidas (IGP) e as especialidades tradicionais garantidas



(ETG), assim como aos produtos biológicos. Além disso, uma parte do financiamento destina-se a setores específicos como o arroz, a fruta e os produtos hortícolas produzidos de forma sustentável. Estes produtos foram especificamente selecionados para promover uma alimentação saudável junto

dos consumidores da UE.

Os convites à apresentação de propostas para campanhas específicas serão publicados em janeiro de 2019 e são elegíveis as organizações comerciais e de produtores, assim como os agrupamentos do setor agroalimentar com responsabilidades nesta área. **di**